



ENTRE ABERTA REVISTA DE EXTENSÃO

ISSN: 2446-9769

n. 2. v. 1. fev-ago. 2017

p. 106 - 115.

CESMAC ACESSÍVEL: PRIORIZANDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Anna Elaine Bertoldo dos Santos *

Gabriella de Carvalho Austrelino *

Nina Rosa Honorato Pereira *

Priscilla Maria Viana de Lima *

Priscila Tenório Toledo Peixoto *

Sara Santos da Silva *

Thereza Rachel Ferreira Almeida *

Emanuela Cristina Montoni da Silva **

Vanessa Maria de Melo Gonçalves ***

RESUMO: O projeto teve como objetivo apresentar uma proposta visando melhores condições de acessibilidade aos indivíduos P.N.E (Portadores de Necessidades Especiais) de acordo com a norma ABNT NBR 9050 – 2015, a proposta final conta com o desenvolvimento de calçadas adequadas para uso no ambiente do CESMAC, na Rua Cônego Machado. Desta maneira, a comunidade seria beneficiada através de espaços e serviços que oferecessem condições seguindo as recomendações determinadas por lei; assegurando a todos os cidadãos uma vida integrada à comunidade em igualdade, com o objetivo de construir uma formação de alunos e cidadãos melhores.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Integração Social, Políticas Públicas, Transitabilidade.

ABSTRACT: The objective of this work is to present a proposal aiming at better accessibility conditions for people with special needs according to the standard of ABNT NBR 9050 – 2015, the final proposal counts on the development of sidewalks suitable for use in the CESMAC environment, at the street Cônego Machado. That way, the community will be benefit through spaces and services that offer adequate conditions according to the recommendations determined by law; ensuring that all citizens have a life integrated with the community on equality, with the aim of building a better training to students and citizens.

KEYWORDS: Accessibility. Social Integration. Public Policies. Transitability.

Graduandos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário CESMAC.*

Orientadora e docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário CESMAC. **

Co-orientadora e docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário CESMAC.***

INTRODUÇÃO

O projeto trata de uma proposta de solução para calçadas acessíveis considerando o usuário como ator principal, pois os espaços que não estão adequados à população são encontrados em grande número tornando assim a livre locomoção algo bastante difícil. Todas as pessoas têm direito a igualdade e a segurança, sem distinção de qualquer natureza e esse fato é garantido pela Constituição Federal. Entretanto, numa simples caminhada pelas calçadas da cidade de Alagoas, analisamos que estas não garantem os direitos fundamentais direcionados a todos sem distinção, principalmente as pessoas que possuem algum tipo de dificuldade de locomoção.

Ao analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência ao redor da Universidade no município de Maceió, buscamos através de pesquisas a opinião de alunos que apresentam alguma deficiência, assim também como os gestores e professores sobre acessibilidade do local de trabalho e dos moradores nas comunidades vizinhas. Desta forma, tivemos meios de propiciar uma discussão e reflexão em torno da questão da acessibilidade e da interdição colocada no âmbito social. Outro ponto atingido na proposta é a percepção de como a questão da acessibilidade nas universidades ou a ausência desse investimento social é tratada, colaborando com a construção de políticas públicas e educacionais que preservem o espaço democrático e de cidadania a todos os seus sujeitos.

Para concretização de propostas em ambientes públicos atualmente, acessibilidade está conectada ao conceito de desenho universal. A própria norma 9050/2015 é fundamentada por tais discussões e deve ser utilizada como principal referência neste trabalho. A proposta de projeto “RUA ACESSÍVEL” tem a intenção de permitir o uso do ambiente público - nesse caso, direcionado as calçadas - de maneira autônoma e segura, pela maior quantidade possível de pessoas, independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

2 DESENVOLVIMENTO

A necessidade de tecer melhores condições de acessibilidade no ambiente urbano, somada à inércia do poder público demonstrou e despertou a necessidade de elaborar uma proposta de projeto de calçadas mais acessíveis, no qual o cidadão seja considerado o principal agente e usuário do espaço urbano. Segundo a própria NBR 9050/2015 a acessibilidade deve ser considerada como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, etc., tanto de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

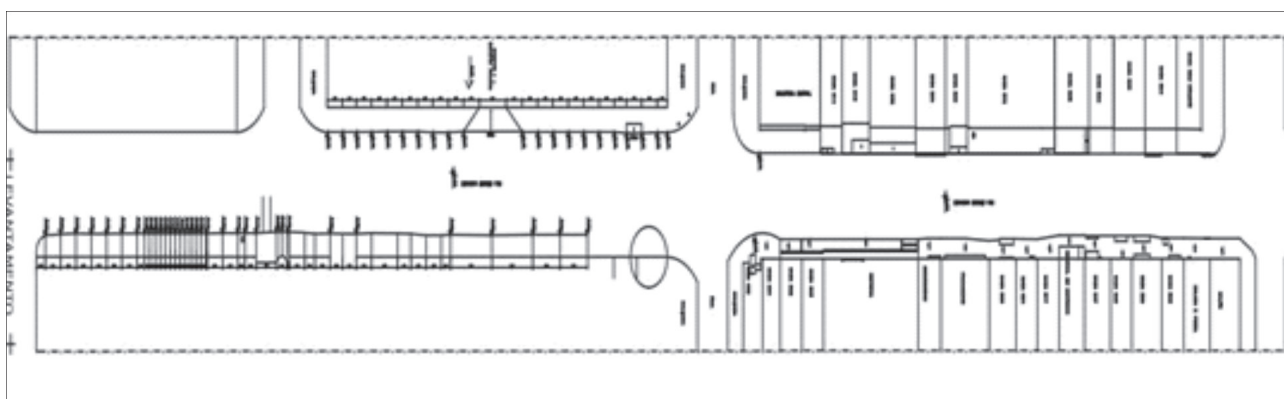
No Brasil, segundo CARLETTO e CAMBIAGHI (2008), o debate sobre a questão iniciou-se de forma tímida em 1980, com o objetivo de conscientizar profissionais da área de construção.



O ano de 1981 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Com isso, o tema ganhou repercussão no país, fortalecendo o que na época denominava-se Eliminação de Barreiras Arquitetônicas às Pessoas Portadoras de Deficiência. Segundo Vieira (2012), o IBGE relata que o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com deficiência. Dos cerca de 190 milhões de brasileiros, aqueles com pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental, somam 23,9%. O IBGE destaca ainda que a região nordeste registra os maiores níveis para todas as deficiências.

Um aspecto de suma importância a ser observado nas calçadas é o piso tátil, ele serve para a adequada circulação de pessoas portadoras de deficiência visual com segurança e autonomia. Tanto os deficientes visuais como os auditivos e os locomotivos precisam de auxílio e isso pode ser implementado através de sinalização e rampas. No início do estudo, foi feito o levantamento métrico (FIGURA 1) e fotográfico das calçadas; encontramos na maioria dos casos calçadas em mal estado de conservação (FIGURAS 2, 3 E 4), com desníveis, obstáculos e repletas de buracos.

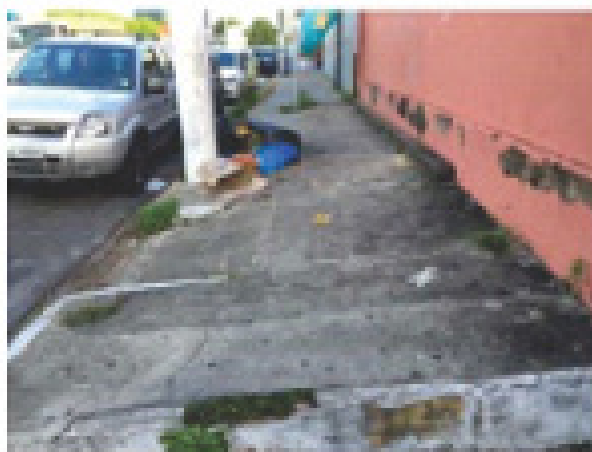
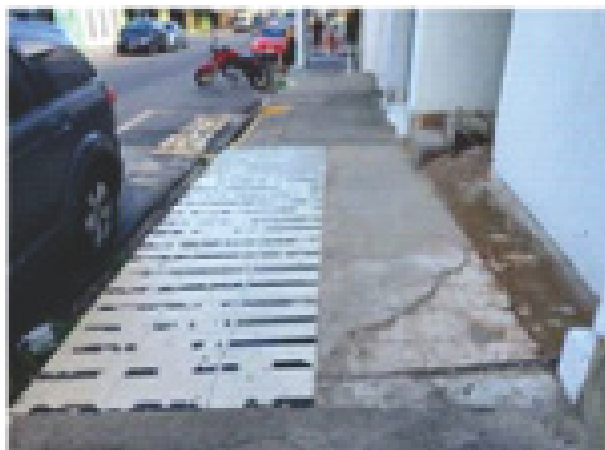
Figura 1: Levantamento métrico (prévio) das calçadas em estudo.



Fonte: Dados da pesquisa.



Figuras 2, 3 e 4: Levantamento fotográfico – Algumas calçadas em péssimo estado.



Fonte: Dados da pesquisa.

A realização do questionário (FIGURA 5) com comunidade foi de grande importância. Os entrevistados expressaram a opinião sobre a atual situação do perímetro de estudo e sugeriram soluções, o que contribuiu para a preparação da proposta. Posteriormente, foi iniciado o processo de planejamento e produção do projeto para melhoria das calçadas; esse produto tem como objetivo reconhecer as necessidades de mudança nos espaços não adequados que se tornam difíceis à locomoção dos deficientes físicos; propor uma solução que enfatize a livre locomoção do usuário considerando a acessibilidade e segurança no uso das calçadas e beneficiar a comunidade e os alunos através de espaços e serviços que ofereçam condições seguindo as recomendações determinadas por lei



Figura 5: Questionário-modelo.



ARQUITETURA E URBANISMO

QUESTIONÁRIO

NOME: _____

PEDESTRE ()

ALUNO CESMAC ()

FUNCIONÁRIO CESMAC ()

COMERCIANTE NAS PROXIMIDADES ()

1. VOCÊ SABE O QUE É ACESSIBILIDADE? EXPLIQUE

2. COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ FREQUENTA O PERCURSO QUE SERÁ PROPOSTO NO PROJETO?

3. PARA VOCÊ, QUAL A IMPORTÂNCIA DE CALÇADAS ACESSÍVEIS?

4. VOCÊ ACHA QUE O PROJETO CONTRIBUÍRA PARA A SOCIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO EM IGUALDADE? PORQUE?

5. INDIQUE 2 MUDANÇAS QUE PODERIAM MELHORAR A ÁREA

PROJETO DE EXTENSÃO CESMAC ACESSÍVEL 2016.1

Fonte: Dados da pesquisa.

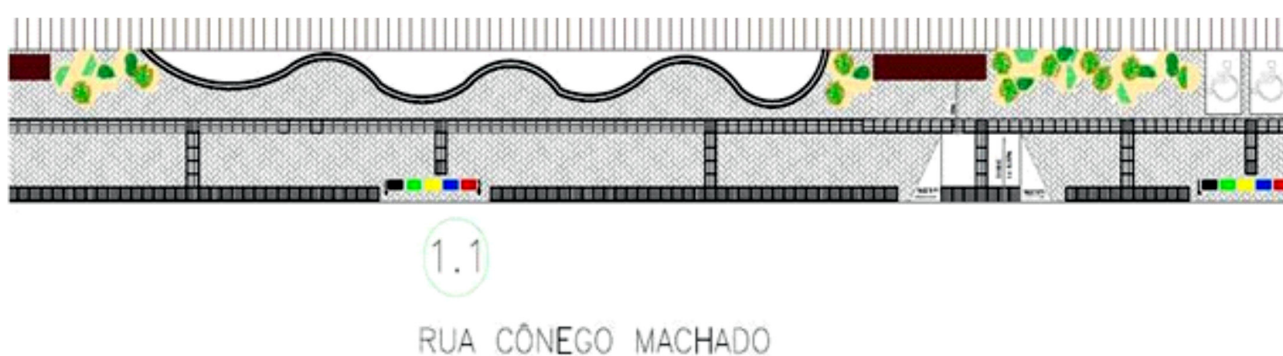
A acessibilidade em Instituições de Ensino Superior (IES) também é um direito garantido através do Decreto 5.296/2004 e para cumprir as determinações do mesmo, as universidades brasileiras



vem se organizando e ampliando gradualmente o número de ações voltadas à inclusão de pessoas com deficiência. Com o estímulo do Programa Incluir do Ministério de Educação (MEC), núcleos de acessibilidade vem sendo criados em muitas universidades, os quais se colocam como órgãos responsáveis por gerenciar as ações nessa área (LIRA, 2014a).

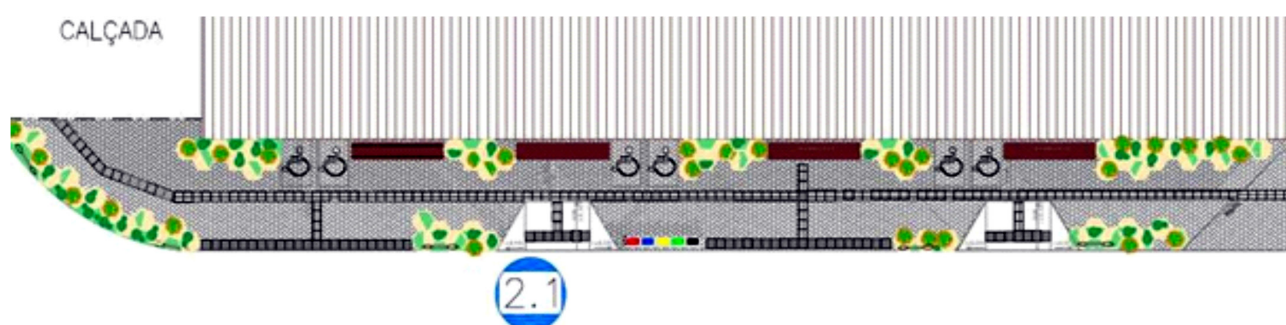
Para a acessibilidade total na vida urbana, é necessário que o projeto ofereça calçadas e travessias com condições adequadas para garantir que as pessoas encontrem locais livres de barreiras e obstáculos proporcionando assim segurança, conforto e independência para as mesmas (FIGURAS 6, 7 e 8). Diante de tais questões mencionadas acima se verifica a necessidade de incluir essas pessoas portadoras de deficiência na nossa sociedade, mas que são excluídas a todo tempo e um dos exemplos dessa inclusão são as calçadas.

Figura 6: Detalhe 1 da proposta.



Fonte: Dados da pesquisa.

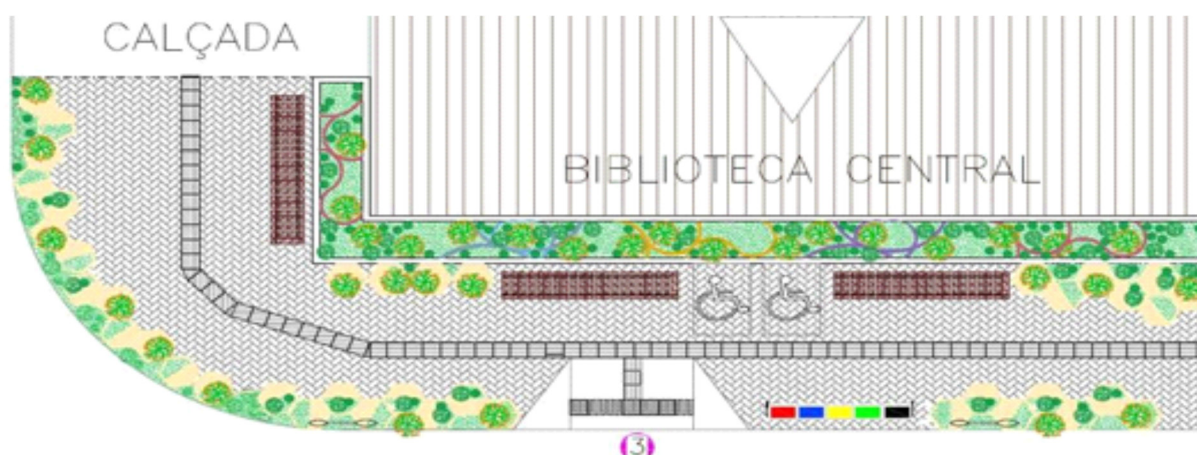
Figura 7: Detalhe 2 da proposta.



Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 8: Detalhe 3 da proposta.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na maioria das vezes, os proprietários das edificações não têm conhecimento dos parâmetros técnicos e da legislação ocasionando uma diversidade nas pavimentações que não respeitam o recuo e/ou a dimensão requisitada do passeio público além dos diferentes níveis entre uma calçada e outra. A luta para implementação da acessibilidade nas edificações e meios de transporte não será suficiente se as pessoas com mobilidade reduzida e/ou deficiência, incluindo os idosos, não conseguem chegar até eles. As calçadas são o principal acesso às edificações e os meios de transporte, a faixa livre de passagem destinada ao trânsito de pedestres deve ter largura definida de acordo com as normas de acessibilidade, como mencionadas anteriormente ao decorrer do processo do projeto e proposta final. (FIGURAS 9 e 10).

Figura 9: Perspectiva 1



Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 10: Perspectiva 2



Fonte: Dados da pesquisa.

Nas últimas décadas, a crescente difusão do movimento mundial de inclusão social tem gerado uma intensa demanda pelo conhecimento sobre pessoas com deficiência nos mais variados domínios e campos do saber. Analisando algumas experiências de trabalho envolvendo esse público, é fácil observar a oportunidade de atuar nas questões que direcionadas a acessibilidade em conjunto com profissionais de áreas tão diversas como a saúde, educação, arquitetura e urbanismo, engenharia de sistemas, biblioteconomia, turismo e lazer, havendo acompanhado processos de descoberta, elaboração e aplicação desse conhecimento por vários colegas. (LIRA, 2012).

O projeto arquitetônico define diretamente a qualidade, funcionalidade, estética, harmonia e bom gosto geral da proposta, condicionando todo o desenvolvimento dos demais projetos, sendo diretamente responsável pelos custos envolvidos na construção. Ao desenvolver um projeto de Arquitetura, o responsável deve ter em mente a necessidade de conceber as soluções específicas e adequadas para aquela construção, o que inclui procedimentos que conciliem projetos harmoniosos e de qualidade compatível com os interesses e gosto/ necessidade de seus usuários.

Em geral, a simplicidade do projeto é uma das principais formas de se obter construções harmoniosas que conciliem beleza e custo, permitem fácil execução, reduzem o número de peças estruturais, valorizam as formas e matérias de acabamento, otimizam espaços, valorizam a estética e dispensem cuidados especiais no uso cotidiano. Esta proposta tende a acrescer possibilidades de uso adequados aos portadores de necessidades especiais, propondo desta forma o benefício de uso das calçadas corretamente e com segurança, como também, benefícios aos deficientes auditivos e visuais.



3 CONCLUSÃO

O livre caminhar pelas ruas deve ser proporcionando pelo conforto e segurança assim, a estrutura do contexto urbano se torna um fator preponderante nesse cenário. A análise e leitura da cidade devem ultrapassar as barreiras rígidas e materiais apenas definidas por padrões funcionais e urbanísticos e alcançar a diversidade de significados impregnados em seus elementos estruturadores, sejam eles, as ruas, as praças, os bairros, o centro, as casas, os edifícios e os vazios urbanos.

A importância desse projeto de extensão comunitária vai além dos benefícios que serão proporcionados aos portadores de necessidades especiais, pedestres, alunos e funcionários do Centro Universitário Cesmac. Ele também tem a finalidade de promover a socialização e inclusão social dos diferentes tipos de pessoas e suas necessidades assim também como dar um novo uso e diferenciação para o Centro Universitário, atraindo as pessoas pelo que tem a oferecer como um todo.

Cada elemento formador do espaço habitado constantemente sofre modificações, são produzidos e, reproduzidos de acordo com a interação com o homem, essencialmente determinadas por fatores culturais, políticos, históricos e sociais (MAIA, 2007). Pois, de acordo com “a natureza de um espaço que se determina os tipos de relacionamentos entre as pessoas, sendo, portanto, a conformação urbana um dos fatores que caracteriza a forma e o tipo de uso que o espaço adquire” (YAMADA, 2004, p.1).

Vale a pena destacar que uma sociedade inclusiva é definida pelo respeito e valorização das diferenças; onde a igualdade é reconhecida entre as pessoas; considera a diferença um princípio básico, o que torna inaceitável qualquer tipo de discriminação, inclusive na arquitetura e no urbanismo; reconhece que a vida de uma pessoa pode ser restringida pelo ambiente em volta dela, pelo contexto urbano, edificações, enfim, pelo espaço construído. (LIRA, 2012).

REFERÊNCIAS

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. Desenho Universal: um conceito para todos. (Realização Mara Gabrielli). São Paulo, 2008.

LIRA, Ana Karina Morais de (Coord.) (2012) Programa Educação Inclusiva e Acessibilidade. Proposta submetida e aprovada pelo Edital PROEXT 2013. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, Programa de Extensão Universitária (MEC/SESU).

LIRA, Ana Karina Morais de Lira (2007) A gente não quer só comida, a gente quer a vida, como a vida quer: relato de experiência de ecoturismo acessível em Sabiaguaba. Texto digitalizado, 8 páginas.



LIRA, Ana Karina Morais de. Apresentação. Em Ana Karina Morais de Lira; Ana Maria Monte Coelho Frota (Org.). Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em debate. Fortaleza: Edições UFC, 2014a, p. 11-21.

LIRA, Ana Karina Morais de. O Projeto UFC Inclui: propostas, ações e resultados. Em Ana Karina Morais de Lira; Ana Maria Monte Coelho Frota (Org.). Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em debate. Fortaleza: Edições UFC, 2014b, p. 25-77.

MAIA, D. A Rua e a Cidade. Com Ciência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, v. 88, p. 277, 2007.

NBR 9050

VIEIRA, Isabela. IBGE: 24% da população têm algum tipo de deficiência. Ed. Lilian Beraldo, 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/201204-27/ibge-24-da-populacao-tem-um-tipo-de-deficiencia.htm>>. Acesso em:

17out.2015.

YAMADA, A. A alma da cidade. Personagens urbanos de Florianópolis. Florianópolis:

SC Brasil, 2004.

